

RUPTURA

NOVA ÉPOCA

Jornal do Movimento Alternativa Socialista

FARTOS DE MIGALHAS PRECISAMOS DO SALÁRIO MÍNIMO A 1000€

CENTRAIS 6



FIM DOS PRIVILÉGIOS DOS POLÍTICOS

GOVERNANTES INCOMPATÍVEIS TÊM DE SER DEMITIDOS

Estes são apenas os mais recentes exemplos de incompatibilidades entre o exercício de cargos públicos e interesses empresariais. Os sucessivos Governos PS e PSD/CDS-PP normalizaram tal modus operandi.

CENTRAIS 7



DIA PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

DO LUTO À LUTA

O MAS está totalmente solidário com as ações de 6 e 25 de novembro, empenhando-se na mobilização para o seu fortalecimento. Vamos, juntas, do luto à luta, pelo fim da violência contra as mulheres.

EDITORIAL 2

OPINIÃO - RENATA CAMBRA

FIM AO FÓSSIL

Temos de expandir esta luta a outras escolas e universidades, conseguir o apoio dos sindicatos e construir uma manifestação nacional pela queda do ministro, por um PRR ao serviço da transição energética de que precisamos e pela descriminalização dos ativistas.

OPINIÃO 3

EDITORIAL

Mulheres: Do luto à luta!

Segundo os dados da UMAR, entre janeiro e novembro de 2022, foram assassinadas 28 mulheres em Portugal. Destes assassinatos, 22 aconteceram no contexto das relações de intimidade (femicídios), representando um aumento de 5 casos face ao mesmo período do ano passado. O 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, é fortemente carregado por uma atmosfera de luto por todas as vítimas de violência doméstica, mas também de luta contra essa e todas as outras formas que a violência de género assume nos mais variados contextos de vida da mulher.

Na saúde, os serviços específicos à saúde da mulher (ginecologia e obstetrícia) sofreram uma profunda quebra e as mulheres têm-se mobilizado, como no passado dia 6 de novembro, pelo fim da violência obstétrica. Depois de um ano com o maior número de mortes maternas desde 1982, vimos, este verão, várias urgências obstétricas e blocos de parto a encerrar devido à falta de profissionais. Face ao caos, consequência do desinvestimento no SNS por parte de sucessivos governos, a proposta do novo CEO do SNS é de fechar 6 maternidades, medida que só fará aumentar ainda mais o número de relatos de violência obstétrica no serviço público.

Exigimos um serviço de saúde público, universal e gratuito, livre de quaisquer práticas obstétricas que falhem em colocar a mulher no

centro das decisões, assegurando um parto humanizado, realizado com base nas melhores evidências científicas; a reabertura e reforço dos blocos de parto e dos serviços de ginecologia/obstetrícia; a implementação de políticas de saúde de proximidade que priorizem a dignidade e a integridade corporal das mulheres e o fim da precariedade dos profissionais de saúde, através do aumento dos salários e valorização das carreiras.

Também a nível económico e laboral a violência de género aumentou. Não só o trabalho se tornou mais precário, como, sobretudo nos setores de maior segregação de género, se exigiu mais das trabalhadoras sem melhorias na sua condição de trabalho. Além disso, as mulheres continuam a ganhar em média menos 13% do que os homens, conforme assinalado no passado dia 13 de novembro, Dia da Desigualdade Salarial. É necessário expandir os direitos laborais e aumentar as licenças de parentalidade; um aumento generalizado de salários e um maior apoio às famílias monoparentais. A socialização do trabalho doméstico, através de investimento numa rede pública de lavandarias, cantinas, lares e creches, é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Ao mesmo tempo, têm sido registadas diversas denúncias de assédio sexual nas nossas instituições de ensino, problema que se estende ao conjunto da nossa sociedade. Se-

gundo a PORDATA, em 2020 foram cometidos 2434 crimes de violência sexual em Portugal, cujas vítimas são maioritariamente as mulheres. Entre 2015 e 2019, 98% dos violadores eram homens, sendo que 91% das vítimas eram mulheres. Lamentavelmente, os números gritantes de violência, a ineficácia das prestações de auxílio e a impunidade da entidade agressora não são ocorrências pontuais e aleatórias, fazem parte de um padrão constante e característico do sistema em que vivemos.

Por estas e por outras razões, exigimos o fim da impunidade para os agressores machistas e dos entraves às queixas-crime de importunação sexual; a criação de secretarias próprias para a apresentação de denúncias de violência doméstica e de gabinetes de apoio à denúncia do assédio moral e sexual nas universidades e locais de trabalho; o alargamento da rede de casas abrigo e do apoio à inserção laboral das vítimas de violência doméstica.

As jovens e as mulheres da classe trabalhadora, devido às suas condições de maior vulnerabilidade económica, vivem todas estas formas de violência com mais intensidade, frequência e, muitas vezes, em silêncio. Por estas e por outras razões, o MAS está totalmente solidário com as ações de 6 e 25 de novembro, empenhando-se na mobilização para o seu fortalecimento. Vamos, juntas, do luto à luta, pelo fim da violência contra as mulheres.

Sem comentário



 COP27
@COP27P

The #COP27 Presidency announces The @CocaCola Company as a Supporting Sponsor to COP27. For more information: bit.ly/3dRclXf




ORGÃO OFICIAL DO

MAS

Movimento Alternativa Socialista

CONTACTOS

Webiste
mas.org.pt

Facebook e Instagram
@movimentoAlternativaSocialista

E-mail
mas@mas.org.pt

ONDE ESTAMOS?

Lisboa

Rua António Pereira Carrilho, nº5 2º

Coimbra

Rua Fernandes Tomaz, nº69

Braga

Alameda do Fujacal, lj. 39

Barcelos

Rua Silva Vieira, nº33

JORNAL RUPTURA

Proprietário: Gil Garcia

Diretor: Flávio Ferreira

Editor Gráfico: Bruno Cancelinha

Contacto: jornal@mas.org.pt

ICS: 124814

Tiragem: 300

Impressão: Tipografia Lobão,

Rua Quinta do Gato Bravo, 5, Feijó

2810-069 ALMADA

O QUE NOS MOVE?

Afirmamo-nos como uma esquerda combativa, independente dos interesses das classes dominantes e partidos que os representam, onde se inclui o PS e toda a direita e extrema-direita. Lutamos para que os interesses do conjunto da juventude, dos trabalhadores e trabalhadoras e de todos os sectores explorados e oprimidos sejam os nossos próprios interesses.

SAÚDE

- Investimento público efectivo no nosso SNS
- Contratação, plano de carreira e aumento salarial para os profissionais de saúde;
- Mais vagas para os médicos que fazem a prova de especialidade;

AMBIENTE

- Investimento e investigação no combate às alterações climáticas
- Transição energética para empregar, não para despedir;
- Fim das falsas soluções verdes, como a exploração de lítio;
- Fim das culturas agrícolas intensivas e da monocultura, como a do eucalipto;
- Nacionalização da indústria energética (EDP, REN, Galp)

INTERNACIONALISMO

- Não à guerra e fim das ocupações por parte das potências mundiais;
- Fim das armas nucleares;
- Em oposição à UE dos senhores dos mercados, propomos uma Europa solidária entre os povos, sem muros nem austeridade;

JUVENTUDE E TRABALHADORES

- Aumento imediato do salário mínimo nacional para os €1000;
- Aumento geral dos salários e pensões;
- Tabelamento dos preços dos combustíveis e bens essenciais;
- Semana de trabalho de 4 dias;
- Combate à precariedade: Fim das Empresas de Trabalho Temporário;

HABITAÇÃO

- Fim da especulação imobiliária;
- Investimento público num plano nacional de habitação social de qualidade e a preços acessíveis;
- Arrendamento público acessível para estudantes e jovens;
- Tabelamento das rendas em 30% do rendimento;

E MUITO MAIS

**JUNTA-TE AO
MAS**

SABE MAIS EM MAS.ORG.PT

**RENATA CAMBRA**

Professora e ativista climática
Porta-voz do MAS

No início de novembro, ao mesmo tempo que arrancava a COP27 no Egito, centenas de estudantes ocuparam escolas e universidades de Lisboa, somando-se à campanha internacional “Fim ao Fóssil: Ocupa!”, que, entre setembro e novembro de 2022, chamou jovens ativistas climáticos de todo o mundo a ocuparem instituições de ensino, exigindo justiça climática e social a nível global e deixando claro que esta não será alcançada num mundo dependente de energias fósseis, como o petróleo e o gás. Muitos foram aqueles, da direita conservadora à esquerda moderada, que, tendo voz na opinião pública, a utilizaram para criticar e isolar os estudantes, fosse pelo conteúdo das suas reivindicações, fosse pela sua forma de luta. Temos de fazer exatamente o contrário: apoiá-los, ouvi-los, dar-lhes voz, expressar a nossa solidariedade,

mobilizarmo-nos em sua - e nossa - defesa.

Quando, no dia 12 de novembro, saímos à rua ao lado dos estudantes, na Marcha Contra o Fracasso Climático, gritamos “Para a nossa espécie não ficar extinta, neutralidade até 2030” porque o capitalismo continua a dar provas de falhar enquanto sistema, representando, cada vez mais, a exploração de muitos para o benefício de poucos, a destruição do meio ambiente, a dizimação de povos, a falência dos sistemas públicos de saúde, o desemprego e a precariedade, a falta de água e de comida, com tendência ao agravamento acentuado de todos estes problemas. Quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015, a temperatura média global era +0,9°C e prometeram-nos “envidar esforços” para limitar o aumento a +1,5°C até ao fim do século. Em 2022, estamos em +1,2°C e a perspectiva é subirmos os restantes 0,3°C nos próximos 5 anos.

Gritamos “Fim ao Fóssil” e “Não às Minas” porque as elites e os governos se desdobram em conferências, acordos e promessas, mas efetivamente continuamos a andar para trás. Em plena COP27, a UE luta com toda a sua hipocrisia pelo Acordo de Paris, quando, segundo a Organização Meteorológica Mundial, a probabilidade de não conseguirmos limitar a subida da temperatura média global a +1,5°C vem subindo de forma constante desde esse ano. A mesma UE que,

em julho, declarou o gás “natural” - um combustível fóssil extraído através de um processo altamente poluente e agressivo, o fracking - uma energia verde, e que vem estimulando, nos seus países periféricos, uma agenda destrutiva de mineração a céu aberto, a que alguns têm a audácia de chamar mineração verde.

Gritamos “Fora Costa e Silva” porque, tal como na UE o lobby do gás fóssil ditou as políticas e os investimentos para a transição

energética, também em Portugal tivemos António Costa e Silva, então ainda CEO da Partex Oil and Gas, a apresentar um Plano de Recuperação e Resiliência que entrega milhões em fundos “verdes” às megapoluentes que mais têm lucrado com a destruição ambiental. Por isso temos um plano para a transição energética que torna o hidrogénio completamente dependente do gás, amarrando-nos a este combustível fóssil por décadas, e que pressiona à extração de lítio e outros minérios, como o volfrâmio e terras raras, promovendo minas a céu aberto que destruirão as nossas serras e contaminarão as nossas águas. O prémio foi nada menos que a sua nomeação para Ministro da Economia e do Mar do PS, cargo a partir do qual tem ajudado a pressionar para a construção de um gasoduto entre Portugal e França.

Por isso, a par da demissão do mais alto representante da indústria fóssil e extrativista no governo, exigimos um PRR para uma transição energética realmente verde e justa, não para despedir, mas para recuperar o nosso tecido produtivo, de forma sustentável. Gritamos que “Justiça Climática é Justiça Social” porque queremos um plano que invista na reabilitação e aquecimento das nossas casas, para combater a pobreza energética; na planificação e cuidado da nossa floresta, para precaver os incêndios; na soberania alimentar, para assegurar cadeias de produção locais e acabar com o trabalho semi-escravo; na investigação e produção de baterias de iões de sódio, como alternativa ao

lítio; na produção e na utilização 100% verdes do hidrogénio, para ajudar a suprir as nossas necessidades energéticas e a descarbonizar os transportes de longa distância; na requalificação e contratação dos trabalhadores dos setores poluentes, para assegurar postos de trabalho com salários dignos.

Por fim, gritamos “Prendam o ministro, não os ativistas” porque este governo, que tanto gosta de nos atirar palavras como “verde” e “transição energética”, segue, como bom aluno da UE, o caminho completamente oposto, e o Estado, em defesa da indústria fóssil, detém e criminaliza quem luta contra esta insanidade. A perseguição por parte do Ministério Público aos ativistas, bem como a violência por parte da polícia, têm sido constantes mas, com os criminosos climáticos que enchem os bolsos à custa da destruição do nosso planeta, a justiça é mais do que permissiva. Indignemo-nos com o governo que deixou 25% do território à venda para mineração a céu aberto e que defende o fracking em Portugal; e solidarizemo-nos com aqueles que vêm lutando para tornar o problema visível, exigir mudança e propor alternativas. Temos de expandir esta luta a outras escolas e universidades, conseguir o apoio dos sindicatos e construir uma manifestação nacional pela queda do ministro, por um PRR ao serviço da transição energética de que precisamos e pela descriminalização dos ativistas. Como se canta no movimento climático, “Power to the People”.



Temos de expandir esta luta a outras escolas e universidades, conseguir o apoio dos sindicatos e construir uma manifestação nacional pela queda do ministro, por um PRR ao serviço da transição energética de que precisamos e pela descriminalização dos ativistas.



Governo acelera privatização do SNS

Estamos perante tempos de retrocesso no cumprimento do direito básico e universal à Saúde, previsto constitucionalmente. O SNS público está em declínio total, consequência do desinvestimento dos sucessivos Governos PS, PSD/CDS-PP.

No caso do Hospital Amadora-Sintra por exemplo, desde 2019 que tem escalas de urgência de obstetrícia que são, de todo, ilegais, onde os médicos fazem 7 bancos de 24 horas, num período de 5 semanas. As maternidades do país deviam ter, cada uma, 8 equipas, com 5 elementos cada, para cobrir todo o mês. No entanto, há hospitais que tiveram de reduzir para 7 equipas. O Hospital Amadora-Sintra passou para 6 equipas, com 4 elementos cada, a fazer 7 bancos de 24 horas, em 5 semanas. Fazendo as contas, em 50 fins-de-semana, os médicos da urgência de obstetrícia, do Amadora-Sintra, têm de trabalhar em 30 fins-de-semana.

Este é um dos exemplos do esforço dos profissionais de saúde que tem ocorrido ao longo dos anos e que

se agrava nos períodos de férias ou festividades. Assistimos a uma destruição e degradação de pessoas e de equipas. A solução apresentada de trabalhadores a fazerem mais horas-extra está esgotada e não tem viabilidade. Os profissionais estão exaustos e não têm como executar o trabalho em boas condições. Existem poucos médicos e mais de metade dos obstetras inscritos na ordem não trabalham no SNS público.

Vemos continuamente a direita - PSD, IL e Chega - a exigir a reforma do SNS, o que, na verdade, não significa mais que a sua privatização. Para o fazer, a direita e o Presidente



O Governo PS tem feito um esforço para manter o SNS público tão à míngua quanto o encontrou.

da República têm defendido uma gestão técnica do SNS, independente do poder político. A actual política do Governo PS, de criação de uma Direcção Executiva do SNS, com uma Administração Executiva, técnica, empresarial, lucrativa, vai precisamente naquele sentido, para além de externalizar as responsabilidades que normalmente são assacadas ao Ministro da Saúde.

Na verdade, nós já conhecemos o efeito de tal “reforma”. A partir da entrada da Troika no país, em 2011, não tivemos outra coisa que não uma gestão técnica do SNS. O Governo PS tem feito um esforço para manter o SNS público tão à míngua quanto o encontrou, abrindo as comportas aos grupos de saúde privados. E os resultados estão à vista: destruição e privatização de um direito basilar que se quer universal.

Se mesmo assim não for suficiente para entendermos o alcance de tal “reforma”, Jaime Teixeira Mendes, Cirurgião pediatra, é perentório: no Reino Unido, o National Health Service (NHS), com uma admi-



Fernando Araújo é o novo diretor-executivo do SNS.

nistração técnica, nomeada entre personagens ligadas aos grandes grupos privados só veio facilitar a sua acelerada destruição e privatização, estando à beira de perder a sua universalidade. “Um estudo realizado no Reino Unido, publicado na revista Lancet, [...] sobre os resultados da privatização do NHS, aponta para um aumento significativo da mortalidade”.

A destruição do SNS só poderá ser revertida se o Governo implementar políticas que visem a sua reconstrução. Isso implica investimento público na melhoria de remunerações e carreiras, assim como nas condições de trabalho dos profissionais de saúde a trabalhar no SNS público, reorganizar serviços e reter os bons profissionais que temos.

Lutas na educação e perspectivas

ANDRÉ PESTANA

Professor

S.T.O.P. - Sindicato de todos os profissionais da educação.

Os profissionais da educação (pessoal docente e não docente) continuam com graves problemas/injustiças, por exemplo, avaliações injustas e com quotas, significativa desvalorização salarial, fim da gestão democrática, violência nas escolas, aumento do trabalho burocrático, lesados da Segurança Social (SS), ultrapassagens, passagem involuntária da Caixa Geral de Aposentações (CGA) para a SS, roubo no tempo de serviço, situação dos professores em monodocência, quotas de acesso ao 5.º e 7.º escalões, etc.

Neste início de ano letivo (até finais de Outubro) as lutas que mais se destacaram foram a luta por direitos iguais dos professores em monodocência (por exemplo, vigílias com dezenas de pessoas em várias

localidades e uma concentração de protesto com cerca de 100 professores, nas comemorações da implantação da República, em Lisboa, dia 5 de Outubro), uma vigília contra a violência na Figueira da Foz (com cerca de 100 pessoas) e vigílias de todos os docentes pela Educação em várias localidades (as maiores com mais de 120, por duas vezes, em Viseu).

O S.T.O.P. mais uma vez foi o único sindicato que esteve presente na maioria desses protestos, mas sobretudo foi o único que juntou forças a todos os protestos de que fomos avisados/convidados. E até algumas formas de luta de que não fomos avisados/convidados fizemos questão de juntar forças como é o caso da greve nacional e da concentração no parlamento, dia 2 de Novembro.

No momento em que escrevo ainda não sabemos o impacto desse dia 2 de Novembro, mas esperamos que seja um dia com uma forte adesão à greve e que na concentração de 2 de Novembro além de muitos professores, esperamos que desta vez os organizadores (sindicatos da FENPROF, FNE, SIPE, etc) permitam que TODOS os professores possam intervir e/ou apresentar propostas (e não apenas os dirigentes sindicais e pessoas com a mesma posição).

Esperamos também que o sucesso dessa greve (que ao contrário do que tem acontecido com as greves dinamizadas pelo S.T.O.P. não tem nenhum sindicato a desacreditá-la) permita que a luta possa desenvolver-se ainda mais e de forma mais consequente.

As lutas tradicionais serão suficientes?

Apesar do apoio a esta greve de 2 de Novembro, dinamizada por ou-

tros sindicatos, continuamos a considerar que face à brutal dimensão das injustiças e ataques a quem trabalha nas escolas, dificilmente esses ataques serão travados com as formas tradicionais de lutas/greves de um dia e sem mobilização da classe. É fundamental a construção democrática de um plano de luta consequente, idealmente dinamizada por todo o movimento sindical unido.

É urgente fazer o que ainda não foi feito

É preciso fazer o que ainda não foi feito para tentar mobilizar quem trabalha nas escolas, mas também tentar ganhar, pelo menos, parte da população que tanto tem sido prejudicada pelos brutais ataques aos Profissionais da Educação, nomeadamente, as famílias das dezenas de milhar de alunos sem professor a uma ou mais disciplinas ou encarregados de educação em escolas sem condições físicas.

Será que também não teria sentido que todos os sindicatos/federações docentes discutissem e avaliassem entre si a possibilidade de criar fundos de greve para apoiar quem faz greves mais prolongadas? Esta

e outras ideias poderiam ser naturalmente melhoradas ou até substituídas por outras eventualmente melhores, mas isso só é possível se houver a mínima vontade dos sindicatos/federações docentes em reunir com todos e fazer o que ainda não foi feito, em defesa de todos que trabalham nas escolas.

O S.T.O.P. sempre mostrou total disponibilidade em juntar forças e a discutir desde já com todos, o que podemos fazer para inovar as lutas sindicais. Mais alguma estrutura sindical está disponível para isso?

Sem um significativo investimento na Educação é impossível resolver seriamente os problemas/injustiças que afetam diariamente mais de 100.000 profissionais da educação com consequências para a qualidade de ensino de mais de 1 milhão de alunos.

O Governo PS demonstra que tem outras prioridades (grandes grupos económicos, banqueiros e forças militares) e só uma luta consequente é que o poderá fazer investir seriamente no que devia ser prioritário para benefício das nossas populações (Saúde e Educação).

Marcelo coloca “direito divino” acima do Estado de Direito

No âmbito das denúncias feitas à Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa (CIEASCICP), a segunda semana do mês de Outubro foi marcada pelas disparatadas declarações de Marcelo Rebelo de Sousa que desvalorizaram o número de denúncias feitas. No entanto, este mesmo episódio não se fica por aí.

Como é do conhecimento público, chegou, directamente, ao Presidente da República (PR), uma denúncia de que José Ornelas, bispo da Diocese de Leiria-Fátima e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, terá encoberto casos de abusos sexuais de crianças. O PR remeteu, em Setembro, tal denúncia à Procuradoria-Geral da República (PGR) para proceder à devida investigação, mas não o fez sem avisar o próprio bispo José Ornelas no dia 24 de Setembro, isto de acordo com

o site oficial da Presidência da República.

Parece que ninguém reparou ou fez não ter reparado, mas a partir do momento em que o PR avisa um suspeito de que é alvo de uma denúncia criminal, estamos na presença de uma interferência numa investigação criminal por parte do Chefe de Estado e o mais alto magistrado do país.

Confrontado com estes factos, o PR escudou-se na afirmação de que o bispo já “sabia pela comunicação social, há semanas, que havia a investigação” do Ministério Público, embora, conforme notícia o Público, “não tivessem saído notícias sobre este caso de alegado encobrimento de abusos sexuais” até ao dia 1 de Outubro. O PR acrescenta ainda que o aviso que fez ao seu amigo bispo “não só não parou a investigação como, pelo contrário, as investigações se aprofundaram

para além – e eventualmente por causa – do telefonema”. Ou seja, o PR considera que avisar o suspeito de um crime de que está a ser investigado, dando-lhe a oportunidade de encobrir o crime eventualmente cometido, é até benéfico para a investigação.

Portanto, o PR, católico militante, em situação de conflito entre o interesse público e o interesse da Igreja católica, não hesita em servir o “direito divino”, mesmo que para tal tenha de violar o Estado de direito, qual reconhecido professor catedrático de Direito. A promiscuidade entre PR e Igreja católica é evidente, estando esta última, pelos vistos, acima da Lei, a quem é dada a oportunidade de encobrir os alegados crimes cometidos. A investigação é ameaçada em benefício das boas relações entre o PR e um bispo. O direito à justiça, por parte das vítimas, é, tão só, vilipendiado.

Enquanto isso, todos parecem ter optado por ignorar o elefante na sala. Assim sendo, o PR, convenientemente, fechou o ciclo, mudando de assunto através da criação de um novo facto mediático: saca Passos Coelho da cartola para o apresentar como candidato presidencial. E assim fica demonstrada toda a decadência do regime em que vivemos. A promiscuidade entre Estado e Igreja, que julgávamos extinta, afinal ainda está bem viva. O mesmo se pode dizer do compadrio que contamina os diferentes poderes do regime em que vivemos.



Graças a deus, sou ateu

ANTÓNIO GROSSO

Militante do MAS.

Já muito se teorizou sobre a pedofilia dentro e fora da igreja católica. E isso é fácil: teorizar, falar pela rama sem grandes ou profundas revelações. Por isso, não vou fazer dissertações académicas de comentarista; não é de teoria que vou falar. É da prática das instituições religiosas e dos servidores. É preciso saber de que crimes concretamente se fala e chamar os bois pelos nomes.

Sim, graças a tudo o que me fizeram em nome de deus, eu sou ateu. Quando se enche a cabeça de uma criança, na catequese, com as descrições de ficção acientífica sobre a lindeza do céu e as labaredas do inferno; quando se diz a um miúdo de 10 anos de idade que, durante a noite o diabo pode vir à tua cama e espetar-te um punhal no coração e tu morres; e, se estiveste a pecar contra a castidade sozinho [masturbar-te], vais directamente para o inferno, porque isso é um pecado mortal; por isso tens de te ir confessar; quando logo a seguir a mão do padre, que preconiza tão horroroso cenário, vai pelos lençóis abaixo

para me apalpar; quando me chama ao quarto dele para me abraçar e meter-me a língua garganta adentro e acrescenta vamos acabar com a marmelada que está na hora da oração – tudo isso é feito em nome de deus para me salvar do pecado.

Pois, esse era o padre Carlos, aquele que, no início dos anos 60, vinha, todos os Domingos, do Seminário de Santarém a Lisboa para celebrar missa para a RTP na igreja dos Mártires, no Chiado. Eram aquelas mãos que abençoavam os fiéis e era aquela língua que proferia as orações, naquele templo e através da televisão.

Expulso desse seminário, ao fim de ano e meio por má companhia, porque dizia asneiras, vim a ser colocado na Cova da Iria/Fátima numa “casa de gaiatos”, chamada Refúgio da Mãe do Céu, esta orientada por um frade franciscano – o frei Adelino – onde se vivia no mais austero dia-a-dia, com fome e porrada. Ele açoitava, violentamente, os rapazes com uma tábua em caso de brigas e, para comer, tínhamos pão e café de cevada ao pequeno almoço e somente arroz, pão e água ao almoço e ao jantar. Se nos leván-

tássemos para ir buscar um copo de água, escarrávamos no prato para que outro não nos roubasse o arroz. Ali, o panorama da pedofilia revelou-se ainda mais sórdido: ele fazia questão de não dormir sozinho e, ao acordar, eu ficava embaraçado ao sentir-me molhado, porque ele se masturbava, no meio das minhas pernas durante o meu sono. E o que dizia ele? agora levantas-te e vais à missa das 7h, mas primeiro vais-te confessar. Ao fim de oito meses fui resgatado pela família, numerosa e fervorosamente católica, que acreditava que eu estaria colocado nos melhores sítios para estudar e crescer.

Vergonha que a tenham eles. A nós, vítimas, compete-nos a coragem!

Os pedófilos carregam-nos de culpa! Com ela vivemos anos a fio, no silêncio da vergonha e da raiva. Durante 10 anos fui incapaz de quebrar tal silêncio e com essa raiva me agredia na cara durante a minha adolescência. Entretanto, porém, aos 16 anos, procurei falar com o famoso padre Feytor Pinto, no patriarcado de Lisboa, sobre aqueles factos. Ele desvalorizou e nada de dar qualquer seguimento.

Hoje, em qualquer fórum, denun-

ciarei, sem vergonha, os crimes da igreja. Repito sem vergonha, porque vergonha que a tenham eles. A nós, vítimas, compete-nos a coragem!

Coragem, para que não venha nenhum bispo do Porto dizer que esses casos nem intimidades foram.

A pedofilia tal como os crimes da Guerra Colonial têm sido dois grandes tabus na sociedade portuguesa. A pedofilia, agora, parece estar a sanar o tabu, mas, apesar do trabalho ultimamente desenvolvido, ainda há muito encobrimento, muita cumplicidade. A Igreja ainda esconde mais do que o que revela – e isto não é preconceito.

A este propósito, até o Presidente da República e o Primeiro-Ministro vieram demonstrar-se ignorantes: o primeiro ao dizer que 400 casos era pouco e o segundo a desculpá-lo com veemência, mostraram ignorar o que está sociologicamente provado: em Portugal, em cada 100 pessoas com razão de queixa, só 4 é que reclamam. E isto em questões comuns. Em questões íntimas, a estatística há-de ser bem pior, pois claro.

São resquícios dos mútuos favores entre a Igreja e o Estado...

Dizem que uns casos foram en-

tregues ao Ministério Público e que outros já prescreveram. Como assim? Será de justiça que um crime que afecta uma criança pela vida fora possa vir a prescrever? Como se faz para prescrever o trauma?? É como os crimes macro-económicos lesivos da economia e das finanças do país. Vão prescrevendo, mas não nos devolvem os nossos impostos que serviram para compensar a dívida que não é nossa...

Depois de perceber que em nome de deus se fazem atrocidades, como já fizera a Inquisição, e tendo aprendido com clareza que são as questões materiais que movem a humanidade na sua luta constante entre interesses de classes (a dominante e a dominada), mais ateu me confesso. Cedo entendi o evidente papel das religiões no atraso da consciência dos povos a quem quase tudo é retirado. Enquanto a ínfima minoria de ricos continuar a convencer a esmagadora maioria de pobres de que a solução não está nas suas mãos, na sua força gigante, mas sim nas mãos omnipotentes de um qualquer deus, o atraso dos povos vai durar...

Mas a minha crença é na força gigante daquela maioria!

FARTOS DE MIGALHAS COSTA CONTINUA A ENGANAR-NOS COM MAIS PACOTES

A inflação em Portugal subiu para 10,2%, em Outubro, a taxa mais elevada registada no país nas últimas três décadas. O cabaz de bens alimentares essenciais já aumentou mais de €30, desde Fevereiro de 2022. Juntando-lhe o aumento das taxas de juro, juventude e trabalhadores, sobretudo os mais pobres, já sentem um significativo aumento da pressão sobre as suas condições de vida.

António Costa, tal como nos tem habituado nos últimos 7 anos, vai distribuindo as migalhas estritamente necessárias à amenização do descontentamento social.

Assim foi com as medidas referentes aos impostos sobre os combustíveis, muito exigidas pela IL, mas que de nada serviram para

controlar os preços, margens e lucros das petrolíferas. A Galp regista um lucro de €608 milhões, nos primeiros 9 meses do ano, 86% acima dos lucros de 2021.

Assim foi com o “teto” sobre os preços do gás, no mercado ibérico, nos primeiros meses do ano, mas cujo custo já começou a chegar aos consumidores. Milhares de clientes de eletricidade estão já a receber faturas com quase o dobro do valor normal, com uma nova linha que aparece nas faturas de eletricidade chamada “Mecanismo de ajuste Mibel”.

Assim foi com o “pacote” de combate à inflação em que nenhuma das medidas serviu para aumentar os salários de forma estrutural e permanente, mantendo a desbraga-

da acumulação lucrativa das grandes empresas e bancos. No caso das pensões, o Governo PS irá mesmo proceder ao aumento de apenas metade daquilo a que a Lei o obriga, comprometendo uma parte considerável das pensões no futuro.

Assim é com o “acordo de rendimentos”, para os próximos 4 anos, que o Governo assinou com patrões e UGT e que foi vertido em medidas do OE2023. Através deste acordo, é criada a ilusão de que a concertação social serviu os interesses dos trabalhadores, uma vez que os salários, supostamente, terão um crescimento estável de cerca de 5%, ao ano, até 2026. No meio de tanta incerteza internacional, tal acordo parece positivo, amenizando a contestação. No entanto, os



Assegurada está a perda de poder de compra para quem trabalha e uma choruda compensação às grandes empresas.

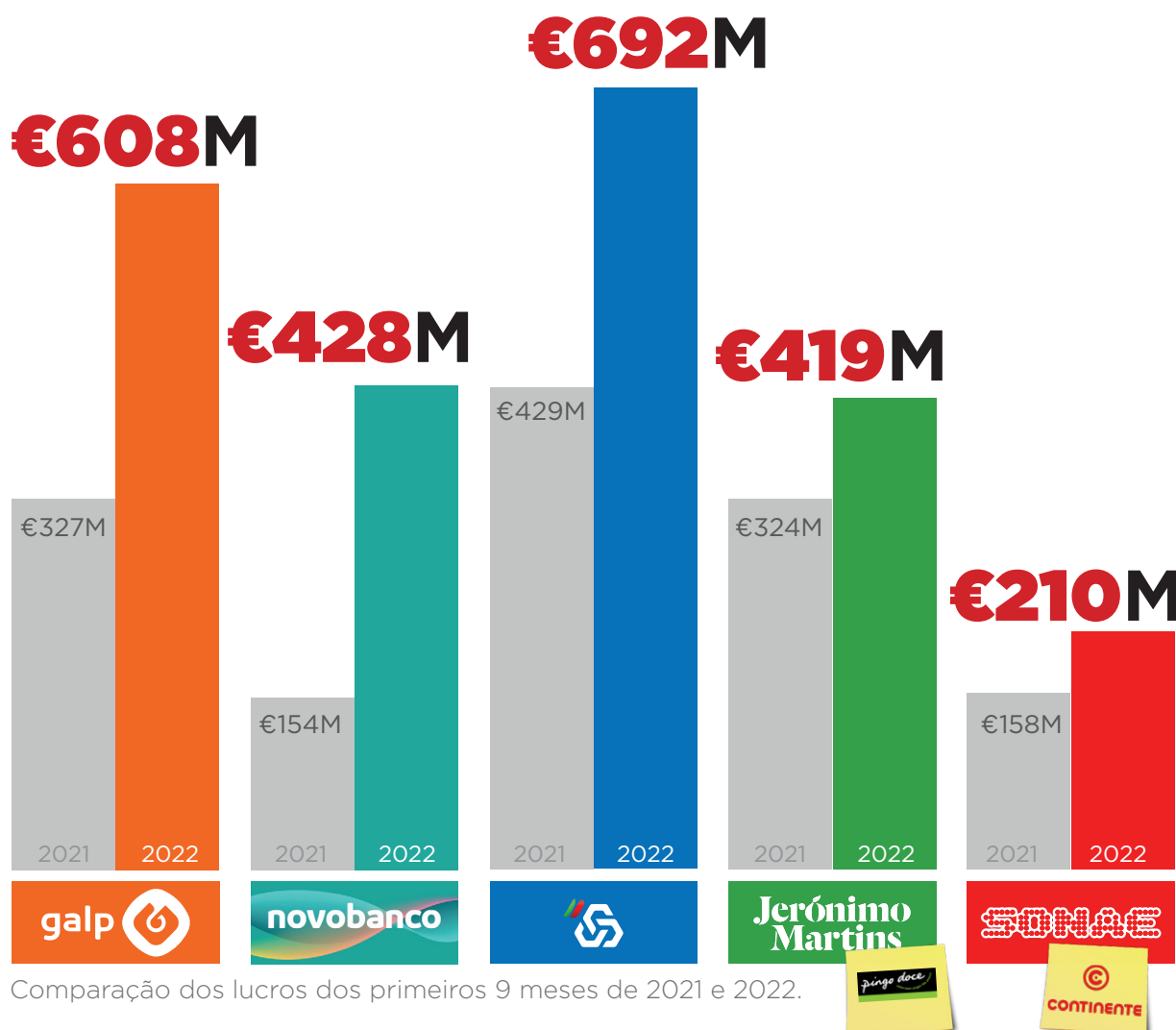
patrões, mesmo tendo subscrito o acordo, não estão sequer obrigados a aumentar salários, muito menos a fazê-lo na percentagem acordada. Já para não falar no próprio Governo que não cumprirá com o aumento dos salários do sector público de 5% para todos os trabalhadores.

Assegurada está a perda de poder de compra para quem trabalha e uma choruda compensação às grandes empresas. A título de exemplo, temos a canalização de €3 mil milhões de recursos públicos para subsidiar o aumento dos preços da energia, sobretudo para as empresas, assim como o fim do prazo para

a dedução de prejuízos fiscais para as empresas, permitindo benefícios fiscais por um número ilimitado de anos, num claro benefício à banca enterrada em prejuízos, na última década. A banca foi, assim, salva, por recursos públicos, enquanto acumulou prejuízos, e é agora beneficiada, por recursos públicos, enquanto acumula lucros, numa clara transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

Tudo isto sempre subordinado ao controlo férreo do défice e ao pagamento da dívida pública, como mandam as boas práticas da UE, independentemente das suas graves consequências sociais e económicas. António Costa é claro: “reduzir a dívida. É isso que nos dá liberdade”. O OE2023 indica que a dívida pública irá cair de 125,5%, em 2021, para 115% do PIB, em 2022, e para 110,8% do PIB, em 2023. Isto só é possível à custa dos nossos salários, dos serviços públicos e dos direitos sociais, como temos visto. Enquanto isso, os problemas estruturais do país mantêm-se.

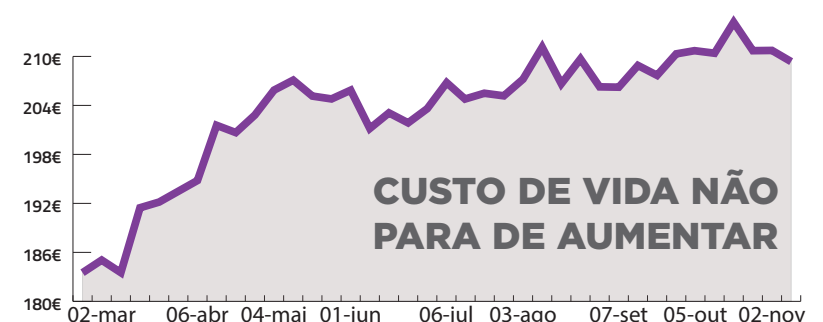
De onde vem a inflação?



Comparação dos lucros dos primeiros 9 meses de 2021 e 2022.

PRECISAMOS DE

AUMENTO GENERALIZADO DE SALÁRIOS
SALÁRIO MÍNIMO DE 1000€
CONTROLO DOS PREÇOS



Os preços do cabaz alimentar, observados pela DECO Proteste, continuam a subir.



Pedro Nuno Santos tem celebração de contratos entre o Estado e a empresa Tecmacal, conjuntamente detida por si (1%) e pelo seu pai (44%). Nos últimos 14 anos, terão sido celebrados 22 contratos, num montante total de mais de €1,1 milhões, dos quais 9 já terão sido celebrados com Pedro Nuno Santos como governante.



Duas empresas detidas, em parte, pelo marido da ministra Ana Abrunhosa beneficiaram de centenas de milhares de euros em fundos comunitários, precisamente a área tutelada pela ministra. De acordo com o Público, num dos projectos o apoio da UE foi de €303.275, dos quais €133.000 vão para a empresa detida a 40% pelo marido de Ana Abrunhosa, a Thermalvet. O outro apoio foi prestado a uma empresa detida indirectamente pelo marido da ministra, e é no valor de €66.015.

Elvira Fortunato acumula as funções de ministra com a participação de 16% na empresa NPTE, ligada à investigação. O ministério terá justificado que "a governante deixou a empresa a 18 de março, quase duas semanas antes de tomar posse como ministra, mas no Portal da Justiça não há qualquer comunicação de cessação de atividades. O último registo até é de um aumento de capital, em maio, no qual avançou com mil euros". Mais recentemente, a 27 de julho, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela ministra, entregou €56.725 a um projeto da Alma-Science, uma associação liderada pelo marido.

GOVERNANTES INCOMPATÍVEIS TÊM DE SER DEMITIDOS

Estes são apenas os mais recentes exemplos de incompatibilidades entre o exercício de cargos públicos e interesses empresariais. Os sucessivos Governos PS e PSD/CDS-PP normalizaram tal modus operandi. Muitos são ainda os casos de ministros ou ex-governantes que saem de cargos públicos directamente para as administrações de grandes empresas ou sociedades de advogados. A política é dirigida pelos negócios.

Os partidos políticos tradicionais são, muitas vezes, a porta giratória entre a política e o mundo empresarial, e vice-versa. Os políticos dos partidos tradicionais profissionalizam-se em tal actividade. A política está transformada num sorvedouro de benefícios. A acumulação de benefícios privados subverte o interesse público.

Exigimos o fim dos privilégios dos políticos! Ministro incompatível tem de ser demitido!



Miguel Alves, enquanto presidente da Câmara de Caminha, função que exerceu nos últimos 9 anos, assinou um acordo suspeito entre a autarquia e um grupo de investidores privados que se comprometeu a construir um pavilhão multiusos. Estes ficaram responsáveis por um investimento de €8 milhões, tendo-lhes sido adiantado €300 mil, pagas pela autarquia. Veio-se a descobrir que o pagamento dos €300 mil foi feito pela autarquia a uma empresa desconhecida, criada na hora, Green Endogenous, SA, pertencente ao que tudo parece indicar a um grupo de empresas de fachada, sem actividade, ligado a um empresário com um alegado currículo falso, Ricardo Moutinho. Mais de um ano depois, o pavilhão ainda não começou sequer a ser construído.



No registo de interesses da governante Teresa Coelho consta a indicação de que o marido tem uma participação de 100% na Angels Recipes - Sociedade Unipessoal Lda, empresa que firmou um contrato por ajuste directo com o Município de Leiria, liderada pelo PS, no valor de €74.500, em troca de serviços de consultoria e orientação para a valorização de efluentes agropecuários.



Apenas 1 semana após ter tomado posse como ministro da Saúde, veio a público a incompatibilidade de Manuel Pizarro com aquele cargo público pelo facto de a sua mulher, Alexandra Bento, ser bastonária da Ordem dos Nutricionistas, uma área tutelada pelo Ministério da Saúde. De seguida, veio a público a acumulação das funções de ministro da Saúde com as de sócio-gerente único da empresa Manuel Pizarro Consultadoria, Lda, da área da Saúde.



João Paulo Catarino acumula as funções de secretário de Estado com a participação em várias empresas que firmaram contratos, por ajuste directo, com o Estado, 2 deles já no cargo governativo.

Call-centers

TELETRABALHO

o que mudou nas nossas vidas

NUNO GERALDES

STCC - Tás Logado?

Num momento em que várias empresas estão a chamar os trabalhadores de volta para os postos de trabalho, é importante fazer uma reflexão sobre o que foi o processo de ida para teletrabalho, as consequências do mesmo para os trabalhadores e quais as perspectivas a partir daqui.

Em primeiro lugar, é preciso ter presente que a própria ida para teletrabalho, em Março de 2020, foi uma conquista dos trabalhadores perante a inação por parte das empresas. Aquando do início da pandemia e do primeiro confinamento, os Call-centers e shared service centers, que já eram conhecidos por serem locais insalubres e com poucas ou nenhuma condições de higiene e segurança, estavam a tornar-se focos de infeção com os números de infeções a aumentar e as empresas a esconder os casos, pondo em risco os trabalhadores e as suas famílias. As empresas responderam, na sua generalidade, de forma agressiva aos pedidos para ir para teletrabalho tendo na maior parte dos casos ordenado aos trabalhadores que voltassem ao trabalho e ameaçando com processos disciplinares a quem parasse de trabalhar ou faltasse por causa da preocupação com o COVID-19. Face à arrogância da resposta, em muitas empresas, os trabalhadores não tiveram outro remédio se não entrar em confronto directo com as entidades patronais e parar de trabalhar, abandonando os seus postos de trabalho. Este processo foi inicialmente espontâneo e manifestou-se sob a forma de uma greve insurreccional, ou seja, sem qualquer base legal pelo que o Sindicato de Trabalhadores de Call-Centers (STCC) lançou uma greve nacional de 5 dias e com perspectiva de ser renovada de forma a cobrir estas ausências e a legalizar a paragem de milhares de trabalhadores que pararam de trabalhar e, em muitos casos, abandonaram os seus postos de trabalho em protesto. As empresas captaram a mensagem, em muitos casos logo no dia seguinte começaram a distribuir computadores e material necessário para o teletrabalho, uma semana depois estava quase tudo em casa. Aqui os trabalhadores tiraram uma importante lição, haver recomenda-



○ teletrabalho dificultou a separação do espaço da vida pessoal e o do trabalho.

ções do governo ou pedir algo não basta, só quando fazem algo em conjunto, como decidirem parar, é que são ouvidos.

Depois de 2 anos de teletrabalho, aqueles que têm condições para teletrabalho encontraram vantagens óbvias, deixaram de ter os supervisores a pressionar permanentemente para atingir metas o que retirou muito stress do trabalho. Há uma poupança a nível de tempo e dinheiro em transportes, passam mais tempo com a família e em lazer. Ao mesmo tempo, vários estudos mostram que os trabalhadores em teletrabalho são mais felizes e têm sido mais produtivos do que os que ficaram no local de trabalho físico.

No entanto, a situação não é um mar de rosas. Grande parte dos trabalhadores teve de criar as suas próprias condições, mesas, cadeiras e, por vezes, o material informático. Em muitos casos, também criou novas dificuldades em separar o espaço da vida pessoal e o do trabalho e, acima de tudo, dificultou a resistência do trabalhador que agora enfrenta sozinho, isolado dos colegas, a sua entidade patronal. Isto acaba por criar muito mais dificuldades em organizar-se para agir pois, muitas vezes, nem se conhece mais colegas do que os da formação.

Para agravar a situação, o recente disparar de preços da energia passa a ser um custo crescente com o Inverno a chegar e com a necessidade de aquecimento. Mesmo havendo uma lei, as empresas não pagam custos de teletrabalho em Portugal, pois a lei é vaga e foi feita apenas para criar efeito e permitir às empresas escudar-se no facto de não se conseguir aferir se o acréscimo das contas pessoais é por causa do teletrabalho. Não por acaso o STCC defende, desde o iní-

cio, que se crie um subsídio ao teletrabalho com um valor fixo.

Neste momento, grande parte das empresas estão a chamar de volta os trabalhadores, os quais maioritariamente querem ficar em teletrabalho. Aliás, até agora, mandar as pessoas regressar aos edifícios tem sido usado permanentemente como castigo ou chantagem. Durante 2 anos, os trabalhadores foram organizando a sua vida, os horários familiares e dos filhos com este sistema de trabalho. Inclusive, muitos deles já nem vivem nas cidades onde foram contratados tendo ido procurar rendas mais baratas, num país onde a habitação é um problema sério e atinge mais violentamente os mais precários que têm dificuldades em arrendar e comprar casa. Para muitos é muito difícil, se não impossível, voltar ao

posto de trabalho físico e para outros significa voltar a uma vida em que várias horas são desperdiçadas em esperas e transportes, uma verdadeira desestabilização no ritmo e nos hábitos familiares.

Embora as empresas tenham poupado imenso com custos de arrendamento de espaços, água, luz e gás, parece que para eles vale mais o controlo presencial sobre os trabalhadores. Várias empresas dão como razão principal para voltarem a ter as equipas nos edifícios o facto de ser mais fácil controlar os outliers, ou seja, aqueles que estão fora de uma métrica avaliada seja ela a qualidade quer seja a assiduidade, ou coisas mais triviais como o número de vezes que se pára para ir à casa de banho ou a hora a que se faz a pausa.

Existe resistência de muitos dos

trabalhadores a voltar para os locais de trabalho mas esta, fruto da natureza isolada do próprio teletrabalho, acaba por ser uma resistência individual e por isso incapaz de conseguir impedir a empresa de alterar a forma de trabalho, ficando ao critério de cada empresa se prefere poupar em instalações ou se prefere ter os trabalhadores mais sob o seu controlo para tomar a decisão sobre o modelo a adoptar, sendo que, por vezes, existem sistemas híbridos, totalmente no local e totalmente em teletrabalho, dentro da mesma empresa.

É preciso um regime de teletrabalho que coloque na mão dos trabalhadores a decisão sobre estar em teletrabalho ou não, em que os custos desse mesmo teletrabalho sejam suportados pelas empresas na totalidade, incluindo aquilo que muitas vezes não é lembrado como cadeiras e mesas ergonómicas por causa dos problemas musculoesqueléticos, porque, aparentemente, desde que começou o teletrabalho, deixou de haver critérios de segurança, saúde e higiene no trabalho. Mais, é preciso rendas acessíveis, transportes públicos gratuitos e eficientes, salários que permitam ter uma vida digna e com condições para que trabalhar ou teletrabalhar não seja apenas uma decisão financeira para o orçamento familiar chegar até ao fim do mês.

Estudantes exigem habitação acessível

CAROLINA MOREIRA

Estudante na FLUP

Em Outubro começamos a ver expresso o descontentamento dos estudantes quanto às condições e acessibilidade de quartos para estudantes deslocados. A falta de habitação acessível não é novidade nenhuma nas maiores cidades do país, consequência das políticas de liberalização do mercado imobiliário. Esta crise da habitação, consequência da falta de gestão governamental, que deixou o direito à habitação nas gananciosas mãos do mercado, foi amplamente noticiada e conquistou a atenção do país. A situação que estudantes deslocados enfrentam é alarmante. De acordo com o Observatório do Alojamento Estudantil, 80% dos quartos dispo-

níveis para arrendamento em 2021 não estão disponíveis, pela mesma altura, em 2022. Como dita o funcionamento do mercado capitalista, quando a oferta diminui, o custo aumenta. Assim, não bastando aos alunos ter de encontrar alojamento num mercado cuja oferta é insuficiente, têm também de se submeter a rendas absurdas, incompatíveis com o rendimento da maioria das famílias.

Estas condições deixam os estudantes deslocados, na sua maioria jovens ajudados pelos respetivos agregados familiares, em situações complexas, que obrigam a escolhas difíceis - manter um emprego, muitas vezes precário, ao mesmo tempo que se frequenta o ensino superior; reorganização das despesas e prioridades familiares para comportar as despesas asfixiantes; em último

caso, o abandono do ensino superior.

Perante uma crise de habitação que coloca em risco e elitiza o acesso ao ensino superior, a resposta governamental para ajudar os estudantes reflete-se na proposta de Orçamento de Estado, que inclui reduções de IRS e subsídios para o arrendamento de habitação. Esta resposta provar-se-á inútil, já que em nada contribui para o regulamento do mercado, não tabelando preços, não oferecendo mais habitação pública, não resolvendo o problema. É urgente a criação de respostas que efetivamente resolvam o problema da crise de habitação, não a criação de subsídios que alimentam o mercado e satisfazem as exigências dos senhorios e dos privados.

QATARSTRÓFICO

Mundial bate recordes em exploração

PEDRO GODINHO
Militante do MAS

6.750

peças já morreram a trabalhar para o Qatar 2022

14 horas

por dia chega a ser a jornada de alguns dos trabalhadores

Desde que foi anunciado que o Qatar receberia o Mundial de Futebol de 2022, em Dezembro de 2010, estima-se que tenham morrido mais de 6.750 trabalhadores migrantes no país na construção da infraestrutura do evento. A FIFA escuda-se atrás das suas estatísticas oficiais. O regime do Qatar, que sempre tentou vender uma imagem ao Ocidente como sendo o mais liberal dos seus vizinhos, anuncia reformas laborais que custam a sair do papel. No meio disso, qual a realidade dos trabalhadores e das suas famílias e como podemos lutar contra o silêncio dos governos ocidentais?

O Qatar é o primeiro país do Médio Oriente a receber um mundial de futebol. Independente do Império Britânico desde 1971, o emirado é governado pela família Al-Thani, tendo um regime de monarquia absolutista, e aplica uma interpretação ultraconservadora da lei islâmica, à semelhança dos restantes países do Golfo Pérsico. No entanto, ao contrário dos seus vizinhos, procurou constantemente passar uma imagem mais liberal para o resto do mundo, para a qual tem sido fundamental, por exemplo, a estação televisiva Al-Jazeera. Aliás, na última década tem mesmo procurado ter uma política independente da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, desafio que lhe custou um bloqueio que terminou recentemente. Sem surpresa, nos dias que correm, o Qatar estende a mão à Alemanha perante a crise energética.

Já à data da decisão se conhecia de antemão a realidade social e laboral do país, mas na altura terá pesado mais o dinheiro gerado pelo

gás e pelo petróleo, que são o centro da economia do país, e a abertura de novos mercados para os patrocinadores. Assim, o governo do Qatar responsabilizou-se pela construção de infraestruturas que englobam 9 estádios novos (posteriormente, reduzidos para 8) e a renovação de 3 estádios. A estas, soma-se a construção de acomodações para as equipas e visitantes, sendo esperados mais de um milhão, assim como a criação de redes de transporte. Entre promessas de sustentabilidade e melhoria das condições de vida, o governo aproveitou o momento como uma ação de marketing. Desde então se sabia, graças à grande dependência do país de mão-de-obra estrangeira, que as infraestruturas necessárias à competição seriam construídas por migrantes. Entre Dezembro de 2010 e Abril de 2022 a população do país cresceu de 1,6 milhões de pessoas para 2,8 milhões, sendo a maior parte dos trabalhadores oriunda de países como a Índia, Paquistão, Nepal, Bangladesh e Sri Lanka. Paralelamente, desde 2010, milhares de trabalhadores empregados em todos os projetos e setores morreram súbita e inesperadamente. A maior parte das mortes não foi investigada pelas autoridades, negando às famílias o direito de saber o que se passou, assim como procuraram escapar às compensações devidas. As certidões de óbito emitidas não especificavam a causa de morte, referindo apenas “causas naturais”, “paragem cardíaca” ou “insuficiência respiratória aguda”.

Até 2015, a FIFA não aceitou, publicamente, ter qualquer responsabilidade pela situação dos trabalhadores migrantes no país, fê-lo apenas em Maio de 2016, e apenas em 2018 começaram a ser introduzidas pelo governo algumas reformas acordadas, no ano anterior, com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com a Amnistia Internacional (AI), o sistema kafala permaneceu praticamente inalterado entre 2010 e 2018. Este sistema de escravatura moderna, ao qual estão sujeitos os trabalhadores migrantes, priva-os de qualquer liberdade, incluindo de mudar de trabalho ou de abandonar o país, sem autorização do patrão. A maioria vê, aliás, os seus passaportes confiscados pelos patrões, dei-



Adeptos no Estádio Dortmund a pedir o boicote ao Mundial de Futebol de 2022 no Qatar.

xando-os em risco de ser presos ou deportados. Os salários em atraso, ou não pagos, são a regra, podendo durar meses. Tudo isto depois de ser paga uma taxa exorbitante, no país de origem, de modo a garantir o emprego no Qatar, que ronda os 1.300 dólares americanos. Para além das condições de trabalho perigosas, junta-se o calor extremo, para o qual não existe praticamente proteção adequada. Isso faz com que a jornada de trabalho possa iniciar-se às 4:30 da madrugada, com interrupção à hora do calor (quando esta é respeitada), e só terminar pelas 7 ou 8 horas da noite. Estas jornadas podem durar entre 10, 12 ou 14 horas, havendo denúncias de pessoas que trabalham 148 dias consecutivos sem folgas.

Entre 2017 e 2022 observaram-se algumas reformas, que de qualquer forma não evitaram a continuidade dos abusos. Entre as medidas mais significativas estão a criação de um salário mínimo e de um fundo para o pagamento de salários em atraso, a liberdade para deixar o país ou mu-

férias pagas. O governo afirma que, desde Setembro de 2020, 242.870 trabalhadores conseguiram mudar de trabalho e que mais de 400 mil beneficiaram diretamente no salário mínimo. Como seria de esperar, de fora do acordo ficou a possibilidade dos trabalhadores se organizarem e criarem os seus sindicatos.

Desde logo, organizações internacionais, como a FIFA e a ONU, classificaram as medidas de “pioneiras”, considerando que abriam uma “nova era”. A federação sindical International Trade Union Confederation (ITUC) aclamou as medidas, enquanto diversas organizações de direitos humanos receberam-nas de forma cautelosa. A verdade é que as reformas anunciadas são areia para os olhos da opinião pública internacional, com a conivência dos nossos governos nacionais, da UE, da FIFA e da ONU.

A AI, por exemplo, continua a denunciar que a realidade laboral é marcada pelo trabalho forçado, por longas jornadas de trabalho e falta de dias de descanso, discriminação com base na raça, nacionalidade e língua. Muitos continuam dependentes do empregador para mudar de trabalho, ou enfrentam grandes barreiras, sujeitos a roubos nos salários e a condições de trabalho e de vida sub-humanas. Além disso, as medidas pouco ou nada alteraram a realidade vivida pelas trabalhadoras domésticas, que continuam entre as mais exploradas no país, levadas ao extremo pelas excessivas jornadas de trabalho (em média, 16 horas por dia, todos os dias da semana) e pelos abusos constantes dos patrões.

A realidade vivida na última década tem motivado campanhas como a #PayUpFIFA, que exige a compensação dos trabalhadores migrantes e das suas famílias por parte do Qatar e da FIFA, assim como a investigação das mortes ocorridas desde 2017.

“

Qatar não respeita os direitos humanos... mas enfim, esqueçamos isso.

Marcelo Rebelo de Sousa

dar de emprego sem autorização do patrão, assim como a extensão dos períodos de pausa no verão, tendo introduzido medidas adicionais para mitigar os riscos da exposição dos trabalhadores ao clima extremo. Uma das medidas mais importantes diz respeito à legislação sobre o trabalho doméstico que estipula limites às horas de trabalho, intervalos obrigatórios, um dia de folga e



XX Congresso do PCC

Concentração de poder para a consolidação da China como potência mundial

FLÁVIO FERREIRA

Militante do MAS

O XX Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), realizado em Setembro, foi marcado pela concentração de poder e pelo fim do limite de mandatos do Presidente da República Popular da China, a mesma figura que ocupa o lugar de Secretário-Geral do PCC, no presente caso, Xi Jinping.

Xi Jinping define como objectivo: transformar a China num país com um PIB per capita semelhante ao de uma nação de desenvolvimento médio, até 2035. Algo que implicará duplicar o tamanho da economia em 13 anos, com uma ambiciosa taxa média de crescimento anual de cerca de 4,7%. Em meados do século, a China propõe-se a ser a maior potência global, autossuficiente em termos tecnológicos, financeiros, energéticos e alimentares.

A preocupação chinesa com a autossuficiência, não sendo nova, é reforçada pela crescente onda de sanções dos EUA a empresas chinesas, pelas tensões em torno de Taiwan, assim como pelas crescentes sanções das potências imperialistas ocidentais à Rússia, nomeadamente, a sua exclusão do sistema internacional de pagamentos Swift. Daí que Xi refira que a China tem de “melhorar a [sua] capacidade de combater as sanções estrangeiras, as interferências e a jurisdição de braço longo”, numa clara referência às relações com os EUA, concluindo daí que é urgente conquistar a autossuficiência.

A estratégia chinesa para se transformar numa potência mundial autossuficiente tem passado, nas últimas décadas, por uma peculiar conjugação entre propriedade privada capitalista e planificação económica centralizada, de inspiração comu-

nista. O resultado é uma aprimorada máquina capitalista de exploração de mão-de-obra, acumulação privada de capital e repressão social.

Propriedade privada e planificação não encerram uma contradição, em si, mas, para funcionarem convenientemente exigem monitorização, controlo e intervenção do poder político sobre o mercado como forma de a economia alcançar a direcção pretendida, com a maior eficácia, previsibilidade e estabilidade possíveis. Durante o XX Congresso, Xi reforçou tal estratégia através da crescente preocupação com aquilo que chamou de “segurança nacional”, termo que vai além da concentração de poder interno. A preocupação passa inclusivamente pelo reforço militar, melhoramento do seu equipamento, tecnologia e capacidade estratégica, uma vez que os líderes chineses assumem que poderá ser difícil evitar conflitos militares, a nível mundial, à medida que Pequim vai ampliando o seu poder global.

Quanto à concentração de poder político em Xi, este procura alcançar uma maior eficácia na intervenção que faz nos mercados e principais empresas chinesas, medida bastante conveniente no combate às alas das elites chinesas que, em função da acumulação privada de capital, podem desenvolver-se como grupos de poder contrários à vontade do líder em funções. Não admira, portanto, que os investidores das bolsas de Hong Kong e Shangai tenham sentido os seus interesses privados ameaçados, tendo contribuído para quedas financeiras significativas a 24 de Setembro, o dia seguinte ao XX Congresso do PCC.

É através deste enquadramento que se consegue entender a política chinesa: o urgente desenvolvimento tecnológico, liderado pelo governo chinês, que não é deixado aos apetites do mercado, estando a ser feita uma grande aposta (150 mil milhões

de dólares) nos semicondutores, como forma de alcançar a autossuficiência tecnológica; o aperto do governo às gigantes digitais chinesas com o objectivo de enquadrar o seu desenvolvimento no plano estatal e, por tabela, controlar o surgimento dos tais grupos de poder contrários à vontade do líder; o foco nas energias renováveis com o fim de alcançar a autossuficiência energética face à importação de combustíveis fósseis; o plano de revitalização da indústria de sementes, promovido por Xi, desde 2021, como forma de alcançar a autossuficiência alimentar básica; a política de “Covid zero”, com lockdowns permanentes, em cidades com milhões de habitantes, a qual se junta à opressão das minorias étnicas, que, mesmo em prejuízo da economia chinesa, tem a finalidade de reforçar o controlo social e assegurar que a centralização de poder não terá contestação popular; o esmagamento, se necessário pela força, das liberdades democráticas em Hong Kong e Macau, com a intenção de também o fazer em Taiwan - o controlo destes territórios é, aliás, a forma de reduzir ao máximo as possibilidades de intervenção estrangeira, nomea-

damente, dos EUA, na economia e política chinesas. Política esta que é acompanhada pelo reforço das Forças Armadas da China com um crescimento e modernização sem paralelo na história recente.

Tudo isto envolto numa narrativa de exaltação nacionalista que, para já, nega qualquer tipo de intensão expansionista. Durante o XX Congresso, Xi Jinping teve o cuidado de substituir qualquer referência à invasão russa da Ucrânia pela conveniente invocação da carta da ONU, enquanto quadro regulador da governação global, para se distanciar da invasão russa da Ucrânia, sem que isso signifique, contudo, um distanciamento completo da Rússia como aliado.

É determinante ainda compreender que Xi não entende autossuficiência ou retórica nacionalista como sinónimo de isolamento, nem o pode fazer, uma vez que a estrutura económica chinesa está muito interligada ao mercado mundial: maior potência comercial, com especial enfoque nas exportações, e maior receptor de investimento do mundo. Yu Jie, professora associada da London School of Economics and Political Science,

afirma que é provável que Pequim adopte uma abordagem híbrida, dependendo do sector. Ou seja, sobre sectores com importância estratégica e necessidades quotidianas para a população serão tratados como uma questão de “segurança nacional”, enquanto sectores que exigem capital e mão-de-obra estrangeiros permanecerão abertos e interconectados ao mercado global.

Tal abordagem foi confirmada nos dias imediatamente subsequentes ao XX Congresso, em que, mesmo numa altura em que a China e os EUA vivem grande turbulência (com fortes conflitos de interesses sobre a invasão russa da Ucrânia, sobre Taiwan, Hong Kong, as disputas no Mar do Sul da China, as influências mútuas sobre a região do Indo-Pacífico, e em matérias comerciais e económicas, em suma, sobre o domínio imperialista do sistema capitalista mundial), Xi assume que “a China está disposta a trabalhar com os Estados Unidos, para se respeitarem mutuamente, coexistirem pacificamente e lograrem uma cooperação benéfica para todos”.

Irão

“Mulheres, Vida, Liberdade”

Desde o dia 16 de Setembro que o povo iraniano está em protesto, por todo o país, devido à morte de Mahsa Amini, às mãos da polícia religiosa do Irão (Gasht-e Ershad), uma jovem curda de 22 anos que foi detida pelo “uso impróprio” do hijab (véu islâmico).

Nas últimas semanas, os protestos têm vindo a ser acompanhados por greves em algumas cidades, nomeadamente, Sanandaj, Bukan e Saqez e uma importante mobiliza-

ção estudantil, desafiando as regras de segregação de género da República Islâmica.

Estes protestos são acompanhados de uma resposta feroz por parte do governo, tendo já sido mortas mais de 250 pessoas, com milhares de detenções e abusos policiais às mulheres detidas, havendo também relatos do uso de munições reais contra os protestantes. A indignação perante tal resposta do governo tem surtido o efeito de alimentar o

movimento.

Apoiar a classe trabalhadora, as mulheres e as comunidades oprimidas iranianas nas suas exigências pelo fim da ditadura da República Islâmica é uma das nossas responsabilidades. O MAS solidariza-se com todas as mulheres e o conjunto do povo iraniano que se revolta contra o regime teocrático, autoritário e ultraconservador do Irão.

Mahsa Amini, presente!

Itália

Sem uma esquerda alternativa, a extrema-direita ganha força

No passado dia 21 de Setembro, o governo italiano, chefiado pela extrema-direita, tomou posse. Na apresentação do programa de governo, perante a Câmara dos Deputados, Giorgia Meloni, primeira-ministra, fez questão de negar a sua conhecida simpatia por Mussolini, assim como o seu percurso por organizações fascistas, desde a juventude: “Nunca tive qualquer simpatia ou proximidade com regimes antidemocráticos, incluindo com o fascismo”. É a mais recente versão dos “factos alternativos”, ou, por outras palavras, a descarada dissimulação transformada em política. Mas não é tudo.

Meloni prometeu reduzir impostos e aumentar o investimento como forma de conquistar a prosperidade económica, mas não tem uma palavra sobre as desigualdades sociais existentes. Daqui só podemos esperar a continuação da distribuição de benefícios às classes dominantes, uma vez que Meloni suportou parte da sua campanha no corte dos apoios às famílias, sobretudo do Sul do país.

Meloni afirmou que lutará “contra qualquer forma de racismo, antisemitismo, violência política e dis-



O Fratelli d'Italia, partido de Giorgia Meloni, é descendente direto do antigo partido de Mussolini, ditador fascista.

criminação”, ao mesmo tempo que assume que um dos seus principais vectores políticos será a obstrução da entrada de migrantes africanos em Itália. Esta é uma das questões mais importantes em Itália, país que tem sido, nos últimos anos, uma das principais portas de entrada de migrantes na Europa. Sem que exista qualquer política de acolhimento digno por parte de Itália ou sequer da UE, o caminho será a perseguição a imigrantes.

Prometeu um “plano imponente, económico mas também cultural,

para redescobrir a beleza da paternidade e recolocar a família no centro da sociedade”. A intenção é a de dificultar ou mesmo avançar com a ilegalização do aborto, assim como acabar com as políticas de reconhecimento da identidade de género, mais uma das suas principais bandeiras de campanha, seguindo o caminho conservador e autoritário dos sectores trumpistas dos EUA. É precisamente no sentido autoritário que também vai a proposta de concentração de poderes no presidente da república.

O governo italiano, chefiado pela extrema-direita, conta implementar tais políticas de desigualdade social com o patrocínio financeiro do pacote de €200 mil milhões, vindos do plano de recuperação e resiliência, da UE, e esta, por sua vez, não parece muito reocupada com o assunto, quais paladinos da suposta democracia e prosperidade social. Basta a confiança na palavra de Meloni, declarando-se firme apoiante da UE e da NATO, para que a cúpula de Bruxelas e os principais líderes europeus se tenham dado por satisfeitos, num claro sinal da sua conformação com a impotência em travar a ascensão de forças autocráticas na Europa.

Como esperança, fica o facto de não estamos na presença de uma derrota física e duradoura da classe trabalhadora italiana, factor ao qual acresce a previsível instabilidade do actual governo, num sistema já de si turbulento. Para defender os nossos salários e serviços públicos, para defender os nossos direitos democráticos duramente conquistados, para defender uma transição energética socialmente digna, é tempo de construir uma esquerda alternativa.

Brasil

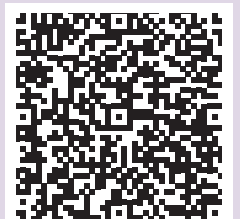
Eleições renhidas dão vitória a Lula mas animam o Bolsonarismo

Lula venceu as Presidenciais brasileiras de 2022 por uma margem menor que 2% – 2 milhões de eleitores – face a Bolsonaro, numa importante vitória eleitoral para o povo brasileiro. A curta distância entre Lula e Bolsonaro, já registada na 1ª volta, galvanizou o bolsonarismo que acabou por conquistar mais 7 milhões de votos, na 2ª volta, enquanto Lula apenas conseguiu conquistar mais 3 milhões.

Apesar da vitória, Lula não conquista uma maioria confortável para governar. Lula alcança apenas 28% da Câmara dos Deputados e 20% do Senado, enquanto Bolsonaro conquista 38% e 31%, respectivamente¹. Será uma presidência que se prevê instável, sobretudo pela dependência de um conjunto de partidos de direita e centro-direita que representam o restante terço da Câmara dos Deputados e do Senado, aos quais Lula terá de distribuir pastas ministeriais e benefícios para conseguir o seu apoio. Isto sem falar de um movimento bolsonarista que não acusa o desgaste da presidência de Bolsonaro. Este é o resultado de um país completamente polarizado, fraturado, económica, social e politicamente.

Lula vence, mas a margem mínima face a Bolsonaro tem um significado. As reformas, implementadas pelos Governos PT e que tiraram milhões da fome, não fizeram esquecer a sua corrupção generalizada. A maioria dos pequenos empresários e uma boa fatia das classes trabalhadoras não perdoam Lula e o PT pelo roubo generalizado, assim como pelos benefícios distribuídos por políticos, grandes empresas e alta finança. E é desta podridão política que a extrema-direita se alimenta.

Lê a notícia completa em mas.org.pt

**Reino Unido**

Conservadores nomeiam terceiro primeiro-ministro sem eleições gerais

Liz Truss, ex-Primeira-Ministra do partido Conservador, partido no poder há 12 anos, chegou ao poder com uma das percentagens de votação de substituição de primeiro-ministro mais baixas do que qualquer outro vencedor, evidenciando o fraco apoio dentro do próprio partido.

Ainda assim, a sua confiança não saiu abalada, chegando ao poder com o deslumbramento de que o seu plano neoliberal de “menos Estado, mais mercado” seria tão espantoso, algo nunca antes visto, que todos seriam arrastados pela torrente. Ao fim de apenas 45 dias no governo, 10 dos quais ocupados com o luto pela morte da Rainha Isabel II, Truss caiu. Nem o parti-

do Conservador, nem o eleitorado, nem mesmo os mercados engoliram a proposta de Truss.

Truss queria juntar à crise económica e social, potenciadas pelos efeitos do Brexit; ao serviço nacional de saúde em ruptura; a uma estrutura produtiva enfraquecida; a uma dívida pública de perto dos 100%; um conjunto de medidas orçamentais de alívio fiscal para os mais ricos, exigindo um gigantesco financiamento, com taxas de juro em crescendo, por parte dos mercados financeiros para colmatar tal perda de receitas, o que conduziu a uma imediata queda abrupta da Libra. O aumento da turbulência social seria a única garantia de tal

plano, num país já mergulhado na instabilidade, pelo que nem os mercados admitiram financiar tal plano.

O resultado foi, já depois de reverter completamente a sua proposta, a demissão de Truss do cargo de Primeira-Ministra. Sem eleições gerais, o partido Conservador elege internamente Rishi Sunak, ex-banqueiro, ex-ministro de Boris Johnson e um dos membros mais abastados do parlamento inglês, para assumir o cargo e adoptar uma agenda de austeridade sobre salários e serviços públicos. É assim que os mercados exigem que seja feito, subalternizando o sistema político ao sistema financeiro. O partido Conservador não tem um plano de governo, mas

sim um conjunto de figurantes disponíveis a responder às exigências dos mercados.

Com forte probabilidade de vencer as próximas eleições, os Trabalhistas, principal força da oposição, exigem eleições antecipadas. No entanto, em prejuízo da classe trabalhadora, também os Trabalhistas se mantêm fiéis aos interesses no mundo financeiro.

Para a juventude e classe trabalhadora do Reino Unido, que tem organizado importantes greves durante este período, é vital a construção de uma alternativa combativa à esquerda, independente do Partido Trabalhista.

Resistência ucraniana consegue avançar sobre as fragilidades russas

Tudo indica que a invasão russa irá continuar, com probabilidades de intensificação, até que Putin consiga estabilizar a conquista de algo que lhe permita afirmar uma vitória. Ou isso, ou até à completa derrota, política e militar, de Putin.

O mês de Setembro foi marcado pela decidida contraofensiva ucraniana contra a invasão russa. No final daquele mês, a resistência ucraniana tinha reconquistado cerca de 6.000 km², no Leste da região de Kharkiv, assim como várias localidades na zona de Lyman, na região do Donetsk, e avanços a Norte de Kherson. No final de Outubro, a Ucrânia já tinha conseguido recuperar 100 cidades e vilarejos, numa área comparável à da Bélgica (cerca de 30.700 km²). Putin foi colocado à defensiva.

Em resposta, Putin avançou com a formalização da anexação das regiões de Lugansk, Donetsk, Kherson e Zaporíjia, através de referendos apenas reconhecidos pelo próprio. Para além disso, Putin avançou com a “mobilização parcial na Federação Russa”, com o objectivo de reforçar as tropas no terreno com mais 300 mil reservistas, dos quais existem informações contraditórias quanto à sua total concretização. Em resposta, o povo russo reagiu com um novo recrudesimento da contestação, sobretudo nas regiões mais pobres de Tuya, Daguestão e Iacútia, da qual resultou mais uns milhares de detidos. Outros tantos milhares optaram pela fuga do país como forma de evitar a mobilização. É deplorável que, perante tal situação, vários países europeus e da UE tenham fechado as suas fronteiras a cidadãos russos.

As fragilidades das forças russas no terreno são evidentes. A debandada de tropas aquando do avanço ucraniano na região de Kharkiv, abandonando equipamento militar e arquivos, é disso exemplo.

A semana de 10 de Outubro, marcada pelos bombardeamentos russos indiscriminados sobre várias regiões, cidades e infraestruturas

ucranianas, em resposta à destruição de parte da ponte Kerch, principal rota de abastecimento das forças russas na Crimeia, uma vez que não são acompanhados de qualquer avanço de tropas russas no terreno, também não é propriamente grande sinal de força¹. Antes denota o desespero. A necessidade do anúncio de uma formação militar conjunta entre a Rússia e a Bielorrússia, não trazendo qualquer factor decisivo para a guerra, também parece conformar mais um sinal de fragilidade. A isto junta-se o decreto russo de lei marcial para os territórios anexados - Donetsk, Luhansk, Zaporíjia e Kherson - robustecendo os poderes militares e concedendo praticamente plenos poderes aos líderes pró-Rússia aí instalados, como forma de reforçar o seu controlo sobre as populações ucranianas destas regiões, face ao avanço ucraniano em Kherson. Se Moscovo sentisse o controlo total daqueles quatro territórios, provavelmente não teria de impor a lei marcial².

A todos estes elementos, junta-se a recente retirada russa da cidade de Kherson, capital da região do Sul da Ucrânia com o mesmo nome, com a importância estratégica, para Putin, de ligar a Crimeia à região do Donbass.

O exército russo parece não conseguir responder à penetração ucraniana nem em densidade de tropas, nem em profundidade no terreno. As tropas russas são insuficientes para defender o território que estão a ocupar. Surgem informações que denotam a pobreza dos recursos russos e o atraso tecnológico do seu armamento. O próprio Putin tem exigido equipamento “mais moderno, confortável e eficaz”³ para as tropas russas no terreno. A narrativa que coloca a Rússia como

uma das maiores potências militares mundiais, parece não encaixar nas fragilidades evidenciadas com a invasão da Ucrânia e isso significa, com certeza, divisão e contestação interna no seio das várias alas das elites russas, sobretudo, com as mais nacionalistas e autoritárias à ofensiva. A nível internacional, é de destacar que Xi Jinping, durante o XX Congresso do PCC, não dedicou uma palavra à invasão russa da Ucrânia, denunciando distanciamento.



O exército russo parece não conseguir responder à penetração ucraniana.

Putin precisa desesperadamente de mostrar alguns sucessos na disputa territorial e ainda tem cartas para jogar. Em primeiro lugar, Putin contará colher frutos do Inverno que se aproxima, nomeadamente, que os europeus, a sofrer com o frio, inflação e recessão, comecem a exigir o fim da guerra, dificultando a ajuda militar à Ucrânia⁴. Por outro lado, Putin vai alimentando as possibilidades de uso da força nuclear. É daí que surgem os rumores, lançados por Putin, de que a Ucrânia estará a preparar ataques nucleares como forma de justificar a própria iniciativa nuclear russa. A estes factores junta-se ainda a pressão de Putin sobre os países da OPEP para cortar na produção de petróleo, fazendo disparar os preços internacionais; as medidas russas de resposta ao em-

bargo europeu do petróleo russo ou a esperança na ascensão de sectores de extrema-direita nos vários países da UE ou dos EUA. Putin tinha esperança que a “onda republicana trumpista”, nas eleições intercalares dos EUA, fosse decisiva e servisse precisamente para reforçar os seus objectivos, o que, felizmente, não se confirmou.

Seja como for, tudo indica que a invasão russa irá continuar, com probabilidades de intensificação, até que Putin consiga estabilizar a conquista de algo que lhe permita afirmar uma vitória. Ou isso, ou até à completa derrota, política e militar, de Putin. Enquanto nenhuma destas hipóteses se concretiza, todas as possibilidades estão em cima da mesa, incluindo o uso de armas nucleares por parte de Putin. A retirada russa da cidade de Kherson não deve ser imediatamente lida como recuo permanente, pois pode significar que a Rússia se prepara para um reagrupamento e uma nova ofensiva. Por sua vez, as potências ocidentais, tendo transformado a invasão russa da Ucrânia numa ameaça à sua própria sobrevivência, não poderão agora recuar com facilidade. A possível contestação dos povos europeus e russo será um factor importante para uma derrota política de Putin e o fim da guerra.

Só a mobilização solidária dos povos poderá colocar um fim às guerras que lhes são completamente alheias. Não à guerra. Putin fora da Ucrânia. Não à NATO. Não ao aumento dos gastos militares. Ajuda à Ucrânia sem condições. Fim de todos os blocos militares. Toda a solidariedade com a resistência do povo ucraniano. Pela defesa do seu direito à soberania e autodeterminação.

Perguntas e Respostas

Os aumentos dos preços devem-se à guerra?

Sim, mas não só. Mesmo antes da invasão russa da Ucrânia, com a perturbação da COVID-19 sobre as cadeias de abastecimento mundiais, já se assistia a um aumento dos preços. A invasão russa da Ucrânia veio piorar a situação. O Ocidente impôs duras sanções à Rússia e Putin, sendo o maior fornecedor europeu de energia, respondeu com instabilidade no seu fornecimento, fazendo aumentar os preços. A estes elementos, junta-se a avidez das petrolíferas e energéticas por recuperar os lucros que perderam durante a pandemia, aumentando margens, preços e lucros, sem qualquer tipo de controlo, influenciando os preços de todos os bens e serviços. Enquanto as elites mundiais entram em disputa militar pela conquista de mais e mais benefícios, os povos pagam os custos.

A guerra está perto do fim?

Não existe nenhum indício de que assim seja. O invasor russo não conseguiu, até ao momento, alcançar um controlo estável sobre a Ucrânia ou sobre alguma das regiões anexadas - Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporíjia. A resistência ucraniana parece determinada em reconquistar as regiões anexadas pela Rússia, tendo, em inícios de Novembro, conseguido forçar o exército russo a retirar da cidade de Kherson. Tudo indica que a invasão da Ucrânia irá continuar até que Putin consiga algo que lhe permita afirmar uma vitória ou até à sua derrota militar e política. O desfecho e a duração da invasão da Ucrânia são ainda completamente imprevisíveis.

À inflação juntar-se-á uma recessão?

Tudo indica que sim. A subida dos preços equivale a uma desvalorização directa dos salários. Esta desvalorização só seria revertida através do controlo públicodos preços e do aumento dos salários. No entanto, nenhum governo, seguindo a cartilha neoliberal, confrontará os poderes instalados, controlando preços, colocando os sectores energéticos sob controlo público para travar a especulação ou aumentando salários na proporção da inflação. As elites governativas procurarão conter a inflação por via indirecta, aumentando as taxas de juro para estrangular o consumo e o investimento. Os grandes grupos económicos terão aqui mais uma oportunidade de abocanhar os capitais mais frágeis e concentrar poder.